

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.009

# **AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSENTAMENTO ACAUÃ NO MUNICÍPIO DE APARECIDA-PARAÍBA**

**RICARDO AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA**

Pós Graduado em Ensino de Artedna Universidade FAVENII - SP, [ricardosaofrancisco@hotmail.com](mailto:ricardosaofrancisco@hotmail.com)

**JAIR MOISÉS DE SOUSA**

Professor da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Campus de Patos, Unidade Acadêmica de Ciências Biológica, Arbor Grupo de Estudo - PB, [jair@professor.ufcg.edu.br](mailto:jair@professor.ufcg.edu.br), [brcoautor1@email.com](mailto:brcoautor1@email.com);

## **RESUMO**

O estudo desenvolvido pautou-se nas Políticas Públicas de Educação do Campo, no Assentamento Acauã município de Aparecida-PB no ano de 2018, tendo fundamentações em Paulo Freire e Roseli Caldart entre outros. O caminho que percorri para realizar este trabalho se caracterizou, quanto aos fins, como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, pois teve como objetivo compreender quais políticas voltadas para a Educação do Campo foram desenvolvidas, desde sua fundação, até os dias atuais na comunidade do Assentamento Acauã. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista gravada semiestruturada a duas pessoas: Um professor da escola local e a líder da comunidade. A análise de dados foi feita pela análise do conteúdo proposta por Bardin que segue: pré-análise; exploração do material ou codificação; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Ao término do percurso feito, chego as seguintes conclusões: O problema da Educação do Campo não esta na falta de lei, e sim, na falta de gerenciamento do poder público, no que concerne à aplicabilidade da Modalidade de Educação do Campo da qual a escola esta inserida; na falta da participação da comunidade nas discussões escolares; nos recursos financeiros da escola que não são administrados, de fato, pelo conselho escolar, mas pela Secretaria Municipal de Educação. A maioria dos professores desconhece a realidade da comunidade, além do fato de que o gestor municipal negligencia a busca por recursos disponíveis no

ministério da educação para o fortalecimento do ensino, em não qualificar os protagonistas do ensino daquela escola.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Educação do Campo; Assentamento Acauã.

## INTRODUÇÃO

---

**P**olíticas Públicas são somas de programas e ações estratégicas elaboradas pelo poder público e/ou de iniciativa popular, executados pelos poderes públicos, seja ele na esfera federal, estadual ou municipal, aspirando à melhoria da população, de forma direta ou indireta, mediante suas práticas e atuações, abrangendo um público aglutinado, por atender em suas instâncias entes públicos ou privados, diferentes classes sociais e culturais, etnia e religião, asseguradas por lei. Porém, na prática a aplicabilidade dessas Políticas Públicas não é aferida como foi à promulgação da lei, devido o ciclo vicioso que os governantes adquiriram para burlá-las, assegurar o favoritismo partidário ou para sua ascensão popular.

Analisando a história do Brasil, podemos perceber que a implantação de políticas públicas para educação sempre foi direcionada com maior ênfase para as áreas urbanas, ficando assim o setor rural desprestigiado dessa política. Com a ascensão dos movimentos sociais, a exemplos do MST (Movimento dos Sem Terras), CPT (Comissão Pastoral da Terra), agremiações partidárias: PT (Partido dos Trabalhadores) e PC do B (Partido Comunista do Brasil), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, teve início uma mudança na exclusão rural, no que concerne a educação, pois ao tempo que reivindicaram terras como meio de sobrevivência, também lutaram pela implantação de escola.

Mediante esses movimentos foi criado o Decreto Nº 7.352 de 04 de Novembro de 2010, que dispõe sobre as políticas públicas do campo na Reforma Agrária - PRONERA, programa do governo federal, desenvolvido pela união em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, no intuito de oportunizar o ensino superior de qualidade para estudantes residentes nas áreas agrícolas, onde ocorreu a Reforma Agrária por intermédio do INCRA, possibilitando aos filhos dos assentados terem conhecimento do manejo da terra, por meio da técnica agrícola adquirida na faculdade. Esse Programa impulsionou, ainda, aos assentados que realmente aspiraram a terra para o trabalho a permanecer em seus lotes e serem assistidos tecnicamente por um técnico local.

Para efeito do Decreto mencionado, entende-se por população do campo os agricultores e seus familiares, os extrativistas, os pescadores, os artesãos, os ribeirinhas, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam condições materiais de existência a partir do trabalho no

meio rural, como também escola do campo, aquela situada em área rural, conforme definida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e as das áreas urbanas que tem predominância na sua constituição discente da área rural.

Eu, como professor e Diretor Escolar da rede pública estadual da Paraíba, senti-me incomodado com a estrutura funcional da educação brasileira, principalmente ao que esta relacionada à Educação do Campo, por ser campesino. Dentro desta perspectiva, como Geógrafo e Filósofo, resolvi observar e analisar o cenário educacional do campo, para construir uma conclusão crítica da realidade das escolas consideradas do campo, no que diz respeito às práticas pedagógicas, quais das políticas públicas de educação do campo existentes estão sendo contempladas, como são executados os recursos, por quem são executadas e quais os impactos que essas políticas têm causado a população, onde geograficamente a escola abrange, seja ela positiva ou negativa, por meio da premissa indutiva, tomei como base de estudo a agrovila do Assentamento Acauã, localizado no Município de Aparecida-PB.

Em conformidade com Benjamim e Caldart (2000), a aplicabilidade das políticas públicas direcionadas para Educação do Campo não implicam que aqueles educandos e educadores são cidadãos que necessitam de uma educação diferenciada, mas uma educação planejada para eles. Assegurando uma educação que contemple suas necessidades, haja vista que esta modalidade é pouco familiarizada ao nosso cotidiano, tendo assim muito a ser conhecido a sua aplicabilidade, embora se saiba que a luta pela educação do campo não é algo novo, é uma batalha que vem sendo reivindicada há bastante tempo, principalmente pelos movimentos sociais voltados para área agrária.

Neste direcionamento, no passar dos anos, muitos autores, dentre eles, Roseli Caldart, vêm persistindo em defender que o educador deve conhecer de perto a realidade de seus educandos, seu espaço de vivência, sua cultura, suas crenças, seu vocabulário e sua percepção de mundo, não para ser igual a eles, mas para entender sua realidade, e melhor lidar no ato de dialogar, mecanismo que deve existir entre o ensino e aprendizagem. Esse conhecimento prévio e individual de cada aluno deve ser feito por meio do método da avaliação diagnóstica, mecanismo que possibilita o professor diagnosticar o perfil de cada aluno e a estremá-los a serem responsáveis do seu próprio processo de aprendizagem.

Seguindo a linhagem Roseli Caldart, desenvolvi uma pesquisa na agrovila do Assentamento Acauã, município de Aparecida-PB, tendo como meta saber e

conhecer quais eram as políticas públicas de Educação do Campo existente naquela comunidade, uma vez que era sabedor sua existência. Em seguida, investiguei como essas políticas públicas sejam elas didáticas ou financeiras são desenvolvidas na conjuntura escolar, cuja modalidade de Ensino é Educação do Campo, por quem são desenvolvidas e, em última instância, avaliei os impactos que as políticas públicas de educação do campo trouxeram para os moradores daquele assentamento.

O caminho que percorri para realizar a coleta de dados deste trabalho se caracteriza, quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, pois tem o objetivo de verificar, conhecer e avaliar como as políticas públicas de educação do campo estão sendo aplicada no cenário do estudo, na Escola Lili Queiroga no Assentamento Acauã, por ser a única cravada em uma área agrícola da reforma, localizada no município de Aparecida-PB. Essa pesquisa foi realizada mediante uma entrevista gravada semiestruturada, aplicada a um professor da escola local e a um líder da comunidade do Assentamento em estudo que moram naquela localidade desde sua fundação em 1995, bem como pela análise documental.

Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. (BARROS e LEHFELD, 2007).

Para Cervo e Bervian (2002), estudo de caso é entendido como uma pesquisa sobre um determinado indivíduo, família ou grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida.

A análise de dados foi feita através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) que segue: pré-análise; exploração do material ou codificação; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

## **METODOLOGIA**

---

O caminho que percorri para realizar a coleta de dados deste trabalho se caracteriza, quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, pois tem o objetivo de verificar, conhecer e avaliar como as políticas públicas de educação do campo estão sendo aplicada no cenário do estudo, na Escola Lili Queiroga no Assentamento Acauã, por ser a única cravada em uma área agrícola da reforma, localizada no município de Aparecida-PB. Essa pesquisa foi realizada mediante uma entrevista gravada semiestruturada, aplicada

a um professor da escola local e a um líder da comunidade do Assentamento em estudo que moram naquela localidade desde sua fundação em 1995, bem como pela análise documental.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

### **2. UMA HISTÓRIA POR ELES MESMOS**

Esta pesquisa é fundamentada em uma entrevista gravada semiestruturada, realizada com dois integrantes da comunidade do Assentamento Acauã, do município de Aparecida-PB, sendo estes um líder comunitário e um professor da escola local.

A Conquista da terra, fruto da Luta e Resistência dos Movimentos MST (Movimento dos Sem Terras) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em prol da terra, do ano 1995, não foi o fim das reivindicações desse movimento e, sim, o começo de tantas outras que sucederam, dentre elas a edificação de uma escola pública e de qualidade para assistir as crianças, jovens e adultos que ali estavam residindo, no princípio sob lonas e/ou casas improvisadas de pau-a-pique.

...a escola e a eletrificação foram prioridades, a escola já funcionava precariamente já no assentamento num grande barracão de taípe, onde tudo era muito precário, o quadro negro era um Madeirit que escrevia com giz e apagava com pano molhado. A construção da escola se deu em parceria com o INCRA e o município em 1998 né, e aí toda infraestrutura que tinha na Escola Lili Queiroga, no patrimônio histórico foi transferido para cá, inclusive o nome. (Entrevistado 1)

Este educandário por desenvolver suas atividades educacionais em uma área ruralista e de perfil agrícola, assentamento da reforma Agrária, é assegurada pelo Decreto de Lei 7352/10, que seja desenvolvido um currículo que atenda as peculiaridades da comunidade local. Essa autonomia curricular possibilita o professor desenvolver um confronto entre a teoria e a prática, vivenciada por aqueles educandos, associando aos seus conhecimentos empíricos.

“(...) o currículo é um instrumento de confronto de saberes: o saber sistematizado, indispensável à compreensão crítica da realidade, e o saber de classe, que o aluno representa e que é resultado das formas de sobrevivência que as camadas

populares criam. Valorizando o saber de classe e colocando como ponto de partida para o trabalho educativo” (VEIGA.1995.p.82).

Visando saber a concepção do professor, quanto ao padrão da escola que ele leciona, perguntei: Professor, na sua concepção de escola, a escola Lili Queiroga se enquadra nos padrões de Escola Rural ou Escola do Campo? E assim respondeu, “eu acho que na parte estrutural da escola, ela não se enquadra na Educação do Campo, a Educação do Campo deve ter uma escola adequada também para esse tipo de educação”.

Dando continuidade a entrevista, o professor continuou afirmando que a escola não segue a Modalidade de educação do Campo. Ao ser questionado se o material utilizado na escola tem seu currículo específico para educação de campo, obedecendo as exigências do ministério da educação, de acordo com o decreto 7352/2010, obteve-se a seguinte resposta: palavras do professor “Tem. Todo material, os livros que vem para essa escola, teoricamente, seus conteúdos são direcionados, facilitando o trabalho da Educação do Campo”, mas na realidade eles rejeitam a modalidade que estão inclusas para adotarem a prática pedagógica utilizada na área urbana.

Esta fala extraída da pesquisa dá suporte para asseverar que o currículo desenvolvido na escola Lili Queiroga do Assentamento Acauã é adversativo ao Decreto 7352/10, uma vez que o utilizado não leva em consideração a realidade vivida de seus educandos no que concernem aos seus aspectos culturais, econômico, políticos e sociais. O currículo repassado naquele educandário é típico de uma escola urbana.

No entanto, os artigos 12 e 14 da LDB também dão legalidade à autonomia da escola para que esta possa adequar seu PPP (Projeto Político Pedagógico) à sua realidade local, a fim de atender as necessidades culturais, sociais, políticas e econômicas da comunidade, que em sua totalidade é constituída de assentados da reforma agrária.

“A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações” (CALDART, 2004, p. 13).

Entretanto, a Escola Lili Queiroga, apesar de possuir ampla legalidade constitucional para desenvolver suas atividades pedagógicas curriculares voltadas para

Educação do Campo, não segue os critérios da modalidade de ensino que ela está inserida. Essa realidade possibilita a ocorrência da evasão escolar e, conseqüentemente, o êxodo rural daqueles jovens, que residem naquela comunidade.

Essas conseqüências surgem da necessidade daqueles jovens buscarem outra modalidade de ensino que atenda suas perspectivas de vida, como também os garantam meios suficientes para suas sobrevivências. No entanto, esse desvio de modalidade ocorre naquela escola por falta de habilidade dos profissionais que ali trabalham. Esta afirmação é comprovada mediante resposta do professor, ao ser indagado: Toda escola, todos os professores têm habilidade para trabalhar esse conteúdo voltado para a Educação do Campo?

Tem não. Isso daí eu confesso que esse trabalho especificamente, quem fez foi eu, quando trabalhava com o 5º ano. Trabalhei durante 20 anos e fazia esse trabalho que era bem reconhecido a nível de município, nível de estado e até outras federações, vieram saber minha forma de trabalhar. Então aqui em nossa escola os outros professores, não tem essa prática, mesmo os livros vindo com conteúdos específicos, mas eles não exploram a questão da Educação do Campo (Professor entrevistado).

Ao observar atentamente ao discurso do professor, percebi que a Educação do Campo daquela escola existe apenas na formalidade por ela estar cravada em uma área agrícola da reforma agrária e possuir a documentação exigida pelo MEC: PPP no padrão das diretrizes da Educação do Campo; possui conselho escolar com respectivo estatuto; bem como usa de sua autonomia, conforme os Art. 12 e 14 da LDB, para escolher os livros didáticos da Escola do Campo a serem trabalhados.

Sobre a escolha do material didático, "(...) todos os anos tem a reunião com profissional da educação para que o livro seja escolhido" (...) nesse material contém "conteúdos teoricamente direcionados á escola de Educação do Campo" (Entrevistado 2).

Assim, segundo essa líder comunitária, a omissão do cumprimento das ações da Educação do Campo, da escola em foco, possivelmente não tem colaborado para o desenvolvimento local, já que esta instituição não tem executado ações voltadas para as aptidões locais que contribuíssem para o progresso local e dos indivíduos.

Nesse sentido, a entrevistada 1 ainda reforça,

*Assim, uma contribuição ainda que a gente não tem muita visibilidade, (...), porque ela trabalha mais na questão alfabetização, da educação (...). Ela tem muitas atividades interativas com as crianças e os pais das crianças (...), isso ai é uma*



*contribuição importante. Precisaria ser mais expressiva (...), ter palestra educativas como teve uma (...) com relação à questão da criança e adolescência, com o conselho tutelar. Já teve policiais fazendo também palestras (...). Tem, então, um pouco desse trabalho, agora tem também a abertura (...) a universidade para que possa fazer trabalho com professores, com alunos, né, agora precisaria que houvesse mais interação tanto da comunidade de modo geral com a escola como a escola com a comunidade, não só com aquele pessoal que esta envolvido diretamente com seus filhos na escola, mas com a comunidade de um modo geral.*

O que justifica a modalidade de Educação do Campo não ter vislumbrado nenhum impacto junto à comunidade de Acauã, uma vez que tem desenvolvido suas atividades pautadas, apenas, no básico: ensinar seus educandos a ler e a escrever, ensino típico da área urbana ou das antigas escolas rurais. Diante esse descaso administrativo com a modalidade que está inserida, a comunidade estudantil não é conhecedora de como deveria ser a prática de ensino a eles ofertados, desta feita a modalidade de educação do Campo é presente no anonimato para aquela comunidade.

Dessa forma, segundo Silva e Lautet (s/d,p.8), para sanar o problema existente das articulações pedagógicas com relação ao aluno, sujeito participante da formação oriunda das ações pedagógicas da Educação do Campo, são necessários à aplicabilidade das seguintes dimensões:

- Dimensão Antropológica, viabiliza a escola trabalhar o ser humano no sentido mais lato, uma vez que a antropologia é a ciência que estuda o homem e suas relações. Neste sentido, esta dimensão dará suporte legal para aquela escola ser mais presente na vida social da comunidade, através da execução de suas atividades educacionais, por meio de uma pesquisa junto aos alunos sobre o perfil panorâmico da comunidade, da qual que a escola esta inserida.
- Dimensão Política, deve ser trabalhada como a arte de fazer o bem e não como opção político partidário, seguindo esta ideologia, essa dimensão será trabalhada como fonte contemplativa para dimensão antropológica, e garantir recursos oriundos das políticas públicas do Ministério da Educação voltada para o desenvolvimento educacional e suprir a carência pedagógica articulando-a na gestão das ações concretas, na perspectiva da transformação das situações opressoras desvendadas na comunidade por meio da Dimensão Antropológica.

- Dimensão Epistemológica, pelo significado da palavra Epistemologia, essa dimensão tem por objetivo trabalhar a origem, a estrutura, os métodos e a avaliação do conhecimento, movimento permanente de correlação entre teoria e prática, saberes derivados do entorno sociocultural e conhecimentos científicos e empíricos, conteúdo e forma, racionalidade e subjetividade na perspectiva da construção de processos comprometidos de aprendizagem. Em síntese, esta dimensão favorecerá o professor ministrar sua aula por meio da interação de conhecimentos empíricos adquiridos por meio de observação, na convivência social ou na prática cotidiana que são vivenciados pelos educandos, podendo esta aula ser realizada por meio de uma avaliação de sondagem, entrevista a grupo de pais, viagem de campo e relatos comunitários, associados à parte teórica que foi mencionada anteriormente sobre o assunto em estudo.
- Dimensão Metodológica, tem a função de trabalhar o método, a forma, o mecanismo e a criatividade permanente que o professor deve utilizar para expor os conteúdos programados e, conseqüentemente, alcançar a meta esperada. No entanto, muitas vezes tem que fazer e refazer sua aula, a partir de problemas e desafios postos por ações e reações a cada momento histórico presenciado, e para contornar essa situação o professor deve direcionar um método que os alunos se apropriem dos conteúdos ministrados retomando a sua própria vida e ao contexto social de sua comunidade. Esta dimensão tem a função de alinhar e moldar o professor a realidade social, cultural, econômica de onde ele trabalha para garantir a permanência do aluno do seu espaço escolar.

Para sanar essas necessidades, Silva e Lautet (s/d, p.9) propõem como encaminhamentos metodológicos para desenvolver uma melhor convivência e interação entre os colaboradores do ensino daquela escola, protagonistas não apenas da transmissão de conhecimentos como também da formação cidadã de todos os alunos daquela comunidade escolar, os seguintes itens: Palestras com os pais abordando o tema sobre convivência familiar; Oficina trabalhando com rótulos e embalagens; os aditivos químicos - partindo-se da análise da alimentação cotidiana; as unidades de medidas; preço; custo e lucro; Entrevista com organizações, entidades de associação comunitária, sindicatos, cooperativas, lideranças presentes na comunidade, percebendo o que difere das relações de cooperação empresariais;

Expressões próprias da localidade para ser trabalhado a diferença da linguagem formal, Estudo de campo a mercadinho, para o alunado ter conhecimento do que é produto industrializado e natural; consumismo, valor nutricional e transgênico; Orçamento familiar do campo por meio de pesquisa local e confrontando com a realidade da vida urbana; Levantamento e orçamento da produção das famílias local para eles terem um percepção do que é necessário comprar sempre comparando a qualidade dos alimentos; Resgate de talentos para valorizar a tradição cultural local e ao mesmo tempo estimular nas crianças e adolescente a continuidade da cultura para gerações futuras, como também para valorizá-los nas comemorações ofertadas pela escola e Realizar práticas agroecológicas com toda comunidade replantando plantas herbários e no quintal, ruas e praça. Ao mesmo tempo desenvolver estudo sobre recuperação do solo.

Diante a pesquisa realizada pode constar, pela fala do professor entrevistado, que essas dimensões não são aplicadas no planejamento e inexistem no PPP daquela escola. A ausência destas dimensões no planejamento tem acarretado uma grande lacuna, impossibilitando a conexão do aluno aos conhecimentos, nos aspectos socioculturais, políticos e econômicos de sua comunidade, pois a prática didática metodológica utilizada na escola pesquisada é uma metodologia imprópria para a modalidade que ela está enquadrada, onde o aluno aprende apenas a ler e escrever, não há uma abertura para o diálogo, não há aula prática voltada à realidade econômica, social, cultural e ideológica daquela comunidade.

- Trabalho como Produção Humana, com este tema o professor pode desenvolver uma aula expositiva, elencando as variáveis modalidades de trabalho de diversas épocas e, em seguida, abrir o círculo de debate, induzindo a eles a fazerem a análise das modalidades trabalhadas, como também fazê-los a comparação com os trabalhos desenvolvidos em sua comunidade. Este mecanismo simples e prático estimula aquelas crianças despertarem e descobrirem suas habilidades, de formas favoráveis ao mercado de trabalho.
- Relação de Cooperativismo, é uma forma de organização de trabalho que uma comunidade ou grupos de pessoas se juntam para desenvolver determinada atividade que beneficia a todos os membros envolvidos. A escola tem como fortalecer o espírito comunitário escolar, oportunizando aos alunos desenvolver o cultivo de horta e plantas frutíferas nas

dependências da escola para eles despertarem para o convívio social, como também despertarem o espírito empreendedor. Outro meio de mostrar esta relação é a visita de campo a Associação dos Agricultores, dos Apicultores e ao Sindicato dos Trabalhadores de Aparecida-PB.

- Princípio de convivência, pode ser ministrado de forma teórica e prática, simultaneamente, através das atitudes praticadas pelos próprios alunos no decorrer da aula. Nesta aula o professor elenca e explica os princípios básicos para uma boa convivência como:
  - Responsabilidade: mostrar que é a atitude que todo indivíduo faz quando assume espontaneamente seus atos, cumprir com seus compromissos para manter- ló íntegro consigo mesmo e o outro.
  - Cooperação: é a colaboração mútua em um trabalho em grupo, no sentido de relação de atividade conjunta para alcançar o objetivo comum da turma, mas sem desprezar o individualismo de capacidade de si e do outro.
  - Solidariedade: ato de ser disponível e participativo ao contribuir para o melhoramento do outro ou da coletividade, ser amigo, companheiro.
  - Alteridade: atitude de o indivíduo conhecer a si mesmo e se colocar na situação do outro, ter prudência.
  - Respeito à diferenças: é o ato de aceitar e compreender as individualidades do outro na multiplicidade social, pois apesar de agregarmos aos outros para formarmos e vivermos em uma sociedade plural, somos também ímpar nessa pluralidade, uma vez que ninguém é igual ao outro, porem possível de convivência harmoniosa.
- Função social da agricultura camponesa/familiar: este tema é de grande relevância ser trabalhado com alunos de identidade agrícola para conscientizar a esses alunos que o trabalho agrícola não é indigno, não proporciona inferioridade ao trabalhador, muito pelo contrario, é de extrema relevância, uma vez que é essa atividade que dá sustentabilidade alimentícia de toda sociedade, como também fonte de renda e de sobrevivências para os produtores. Esse tema é um ponto chave para cultivar o valor de sua permanência na terra.
- Participação da criança na vida da família: é necessária que seja abordado ao alunado a importância deles serem inseridos nas atividades que

seus pais trabalham para aprenderem o ofício que eles praticam, mesmo não tendo a faixa etária de idade para o trabalho permanente.

- Direito de ser criança: Esclarecer à criançada que elas, como crianças, devem aproveitar essa fase para brincar, desenvolver sua criatividade, passear e dormir, sendo que essas atribuições têm limites, tem hora certa de ser feita, pois elas também têm que estudar fazer as tarefas, colaborar com as atividades familiares.

Outro fato que provoca essa desconexão no ensino aprendizagem da Escola Lili Queiroga é a inexistência do currículo próprio da modalidade da qual ela esta inserida, a Educação do Campo. Ela está desconectada com a operacionalização do seu PPP, documento formal articulado e elaborado pelo colegiado da própria escola, tendo esse, autonomia suficiente para inserir todas as dimensões acima mencionadas, as propostas e ações a serem desenvolvidas durante o ano letivo em curso, levando em considerações as necessidades específicas de sua escola. Conforme sublinha Vasconcellos (2002, p.169)

[...] é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico – metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Este documento deve atuar como carta magna para o direcionamento do planejamento, no entanto, ao analisar o PPP dessa escola, ficou constatado que esse projeto é bem elaborado, contendo objetivos, ações e metas bem consistentes, aptos a darem suportes, para um bom desempenho do ensino de Educação do Campo naquela escola, mas resumido apenas a parte teórica do documento, não é aplicado na execução dos planejamentos, por falta de um supervisor escolar com perfil de articulador habilitado - técnico especializado no método curricular de Educação do Campo.

Parém, é papel do educador usar de sua criatividade para desenvolve sua aula, de modo que venha contribuir e ampliar o espaço do campo como assevera CALDART (2002.p.40).

A tarefa maior do educador é de contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento e de ampliar o espaço do campo, nesse modelo se materializara quanto maior for a capacidade de inserir nos debates públicos sobre educação escolar, socializando com conjunto de educadores e educandos do campo e da cidade estas reflexões por uma educação do campo diferenciada.

Nesse contexto, o professor entrevistado comprova essa lacuna ao relatar que a referida “escola não possui uma metodologia direcionada à educação do campo”, ficando dessa forma a cargo de cada professor planejar de acordo com sua ótica, obscurecendo o viés do ensino da Educação do Campo por não serem assistidos pedagogicamente e não terem a devida orientação qualificada nessa modalidade e fase desse ensino. Considero esta justificativa implausível, de cunho comodista. O professor que valoriza sua profissão busca diariamente se aperfeiçoar, ampliar seus conhecimentos, conhecer novos horizontes para alcançar sua meta, que é contribuir significativamente com a formação humana, intelectual, social e política de seus educandos.

Previendo fatos similares o Ministério da Educação, ao atender os apelos dos movimentos sociais ligados a terra por uma educação não diferenciada, mas com direcionamento para a realidade do campo, homologou a modalidade de Educação do Campo por meio do Decreto lei 7352/10, que embasa em uma política descentralizada, dando autonomia à escola de criar seu próprio currículo, de acordo com sua peculiaridade (Art.28 lei 9394/96). Essa abertura dá ampla liberdade do ensino cultivar em seus alunos o amor a sua realidade local, com também o espírito empreendedor, por ter em sua essência o objetivo de prepará-los a vida campesina e fixá-los aos valores adquiridos no espaço local.

Tal conhecimento quando direcionado de modo amplo na atividade agrícola, proporciona o crescimento intelectual, econômico, político e social. Porém, percebo que essa realidade no Assentamento Acauã ficou pelo meio do caminho, por ter desviado o foco da modalidade de ensino da Educação do Campo e adotar currículo de educação urbana.

No que concerne aos programas de políticas públicas de Educação do Campo existentes no Ministério da Educação, que dão sustentabilidade ao ensino dessa modalidade, investiguei naquela comunidade quais programas estão sendo desenvolvidos, como estão sendo aplicados e por quem são aplicados.

Com esse propósito pude averiguar por meio de relato do entrevistado 2, com relação aos programas existentes na escola pesquisada, que “a escola possui merenda escolar proveniente do PNAE, o transporte escolar para conduzir os estudantes do fundamental II e médio para sede de Aparecida”. Outro programa que é do conhecimento do professor entrevistado “é o PDDE Federal, que é recebido em duas etapas anualmente e seu montante é dividido em Custeio que dá direito de compra de material de limpeza, expediente escolar e serviços da estrutura física e em capital destinada para ao compra de bens duráveis”. Percebo, ainda, que como existe nesta comunidade a utilização do transporte escolar, conseqüentemente possui o PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar).

No transcurso da entrevista foi elucidado que foram desenvolvidos por certo período os programas: O Mais Educação e Educação de Jovens e Adultos, como assegura a líder da associação local. Ficou nas entrelinhas da entrevistada 1 que o Ensino de Jovens e Adultos que foi desenvolvido no Assentamento Acauã não provocou nenhum impacto para a comunidade, foi uma política aplicada com tanta insignificância que ocorreu como se ninguém o percebesse.

“Foi desenvolvida acho por três anos O Mais Educação, que foi um momento muito importante, porque as crianças que estudavam de manhã tinha um complemento a tarde e as que estudavam a tarde tinham um complemento pela manhã”. (Entrevistado 1)

Ao prosseguir a entrevista, a entrevistada 1 assegurou que o PRONERA foi uma das políticas públicas que foi bem servida na comunidade de Acauã: “nós temos aqui 30 jovens que passaram pelo PRONERA que é outra política pública do governo federal, que estudaram na escola Agrotécnica em Sousa”, atual IFPB (Instituto Federal da Paraíba).

É sabido que os recursos financeiros destinados à escola são administrados pelo conselho escolar (órgão do interior da escola formado pelo diretor escolar, composto por um professor por turno de funcionamento, um funcionário, um pai de aluno eleito pelos demais pais da escola, um representante da comunidade de preferência da Associação e o secretário escolar, conforme rege no Estatuto do conselho. Esse conselho uma vez formado tem poderes deliberativos, como consta no Capítulo II, art. 3º do estatuto escolar.

Tendo esta informação em mão, ao questionar a entrevistada 1, que é presidenta da associação, sondei se ela faz parte do conselho como representante da

Associação, e descobri que ela não faz parte e nem tem conhecimento da participação de algum membro da associação.

Ficou também evidente que o professor entrevistado também não faz parte do conselho escolar da instituição onde leciona, contudo, como bom observador, acompanha nos bastidores a desenvoltura do conselho local, e considera:

“O conselho em algum momento é um pouco dinâmico, mas a maioria das vezes é mais concentrado, existe uma presença teoricamente, mas na prática é mais concentrada, os representantes mais assinam alguns documentos que vem para assinar, mas o trabalho é mais concentrado com a diretora e a presidente do conselho”.

Dando continuidade ao processo investigatório por meio da entrevista, explorei os impactos sociais proporcionados pelas políticas públicas de Educação do Campo naquele Assentamento. A entrevistada 1 percebe que Bolsa Família tem dado suporte a não possuir criança fora da sala de aula naquela comunidade, teve o PRONERA que oportunizou a uns 30 jovens o obterem cursos profissionalizantes técnico e ou superior, sendo que, pelo que conheço, apenas o professor José Jairo Neves Neto permaneceu na atualidade prestando serviço.

Já para o professor entrevistado “o impacto social foi à questão da saúde, com a presença do dentista e do médico, a questão do hábito alimentar com a merenda que favorece as crianças carentes”. Ao término, questionei aos entrevistados se eles como representantes ativos da comunidade, como presidente de associação, membro de movimentos sociais da CPT e MST, cidadãos politizados e professor, tinham tentado construir a identidade dessa comunidade, mediante a realidade local. Cada um mencionou sua ação:

A entrevistada 1 falou que essa tentativa vem sendo feita desde o início da Agrovila, porém é muito difícil fazer uma nova reconstrução de identidade, mas percebe que uns avançam mais do que o anterior.

Já o professor despertou essa preocupação de formar cidadão para a vivência local quando se tornou professor, que direcionou suas atividades extracurriculares para conhecimentos preliminares acerca de caprinocultura, apicultura, bovinocultura, ovinocultura e hortaliça, atividades praticadas pelos pais daqueles alunos.

Diante dos fatos mencionados, a situação educacional da escola em estudo é de perplexidade, uma vez que, embora esteja sendo garantido o direito de aprender, conforme a Constituição Federal, não se garante a cultura local como estratégia de ensino,



como assegura o Decreto 7352/10, o que traria significação ao conhecimento para aquela população campesina. Outro fato que me deixou atônico é o conformismo da comunidade diante da inoperância da modalidade de ensino oferecido a eles. Porque, como se sabe, a modalidade de ensino que se refere o decreto acima mencionado é fruto de lutas e reivindicações do MST, que fosse criado uma modalidade de ensino para as escolas do campo e no campo para adequar a realidade daquela gente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Sendo conhecedor do Decreto lei 7352/10 que dá sustentabilidade a Política Pública de Educação do Campo, minha pesquisa teve como objetivo compreender quais políticas públicas voltadas para a Educação do Campo foram desenvolvidas no Assentamento Acauã desde sua fundação até os dias atuais.

Após análise do relato obtido pelo professor entrevistado, assevero que as atividades didáticas pedagógicas aplicadas naquela escola são típicas da escola urbana, haja vista o corpo docente dessa escola não desenvolverem suas atividades educacionais voltadas para a realidade local, resumindo a prática educacional em ensinar a ler e escrever, contradizendo com o PPP da escola que é totalmente direcionado para a Modalidade de Educação do Campo.

Essa realidade é presente naquela escola porque não há políticas públicas locais que incentivem a efetivação das políticas públicas da Educação do Campo no estabelecimento de ensino em foco.

Após analisar da fala do professor, no tocante a parte didática metodológica assevera que as ineficiências ocorrentes naquela escola são mediante os seguintes fatores: pela inaptidão dos professores com a metodologia do ensino do campo, inoperância funcional da supervisão por consequência do despreparo de sua função e pela negligência da secretaria municipal de educação da qual esta escola está vinculada, por não acompanhar a operacionalização e não exigir resultados das atividades praticadas.

No percurso que fiz por meio dos dois entrevistados pude constatar também que a Escola Lili Queiroga, situada no Assentamento Acauã do Município de Aparecida-PB é contemplada com um número muito reduzido de programas de Política Pública, tais como: PDDE Federal, PNAE, Bolsa Família, o Livro Didático do Campo, Caminho da Escola e o PNATE que estas apenas três são específicas da Modalidade Educação do Campo, um número mínimo diante de tantas outras

existentes, a exemplo do PRONERA, Pronacampo, PDDE do Campo, PDDE Água, Procampo, Proinfo Rural e Escola da Terra como foi descrito anteriormente e que são disponíveis no MEC - Ministério da Educação e Cultura, com intuito de oportunizar um melhor desenvolvimento educacional e intelectual da comunidade onde a referida escola esta edificada.

Diante o exposto, pode-se afirmar que as políticas públicas específica de Educação do Campo existente no Ministério da Educação, na prática inexistem na escola pesquisada, por que das três existentes na comunidade de Acauã, apenas o Livro Didático do Campo, é usufruto da escola local, por esta receber os exemplares, porém não são utilizados, por seguirem o ensino urbano. As outras duas: Caminho da Escola e PNATE, resumem no transporte escolar, é utilizada pelos alunos da comunidade que estudam em outras escolas, por não ser atendido pela da comunidade onde moram.

No tocante ao PNAE, 30% desse recurso é utilizado na compra dos produtos oriundos da Agricultura Familiar como determina a lei, sendo que os produtos produzidos pelos agricultores da comunidade local que são utilizados na merenda escolar são comprados a eles. Segundo a líder: "(...) Nós tínhamos ano passado três produtores que vendiam, esse ano houve novamente o edital (...), não sei além de Francisca Machado, se tem mais algum participante (...)".

O fator que reduz o número de programas vinculados às políticas públicas de Educação do Campo para a Escola em estudo não é de conhecimento do professor entrevistado, porém não descarta as hipóteses da omissão ou desconhecimento do representante legal da escola de buscar essas políticas públicas destinadas ao melhoramento do funcionamento da mesma, como também de propagandas enganosas do Ministério da Educação.

No que diz respeito à execução financeira dos programas destinados para escola, o professor entrevistado, informou que esses são executados por meio do Conselho Deliberativo da Escola apenas na formalidade, porque os conselheiros não são participantes ativos. Sua operacionalidade ocorre de forma camuflada, onde a maioria dos membros apenas assinam as atas como forma de legalidade, para atender as exigências do MEC, e as decisões são concentradas entre Diretor escolar, o presidente do conselho que repassa para Secretaria Municipal de Educação.

A Modalidade de Educação do Campo com suas políticas públicas junto a Escola Lili Queiroga, na comunidade do Assentamento Acauã, não vislumbraram impactos sociais marcantes a comunidade, visto que a mesma não construiu de

forma significativa vínculo com a realidade agrícola, econômica, política e social, por não ter adaptado seu currículo a possibilitar o confronto da teoria ao conhecimento empírico do aluno e da própria comunidade, seguindo expressamente o currículo da escola urbana, limitada apenas as habilidades da leitura e da escrita.

Esta afirmação é assegurada pelas respostas dadas pela líder ao ser feito as seguintes interrogações: Na sua concepção, essa escola desenvolve atividade voltada para prática do campo?

*Não vejo assim como prioridade da escola (...), uma outra atividade tem sido voltada (...), alguns professores tem trabalhado muito a questão das plantas medicinais, da caatinga, principalmente o professor Jairo, ele que tem desenvolvido mais essa temática (...), trabalhando a questão da caprinocultura, da vegetação nativa da beira do rio, do processo agroecológico. Tem feito visita de campo com os alunos mostrando essas atividades e também momentos de formação com pessoas de outras entidades e da própria comunidade com essa temática (Líder Entrevistado).*

Em sua opinião, qual a concepção que esta comunidade tem dos trabalhos exercido desta a escola para com a comunidade?

*Assim, eu nunca puxei discussão com comunidade sobre (...), esta questão (...), mas acredito que a concepção que tem, que a criança, seu filho vai para escola para aprender a ler, escrever, aprender ser mais educado, então um pouco essa concepção, não tem um pouco essa reflexão, não existe de que a criança vai apreender a valorizar cada vez mais o espaço onde vive, a comunidade, o trato com a terra, não percebo muito isso não. (Líder Entrevistada)*

Esta situação caminha na direção oposta do que diz Morim (2000, p.38):

O Conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Complexus significa o que foi tecido junto; de fato há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto as partes e o todo, o todo e as partes e as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade.

Segundo o professor entrevistado, a realidade acima mencionada ocorre porque a maioria dos professores desconhece a realidade da comunidade e por essa razão se distancia das discursões da comunidade por não terem conhecimento de causa.

Se a referida escola tivesse desenvolvendo realmente a metodologia do ensino da Educação do Campo como orienta suas diretrizes, ela teria conseguido implantar em seus alunos o espírito de amor e resistência ao espaço onde vivem incentivando-os a adquirirem meios de sobrevivência onde vive. Por outro lado, tal atitude elevaria a qualidade da educação oferecida por aquele educandário. Pois segundo Paulo Freire “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidade para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 2002. p. 25).

Ao termino do percurso feito, chego ao seguinte desfecho: o problema da Educação do Campo no Assentamento Acauã, não esta na falta de lei, mas na falta de gerenciamento, na ausência do conteúdo na formação dos professores, no despreparo e/ou comodismo dos professores daquela escola ; no conformismo da comunidade com o pouco que recebe; do gestor municipal que negligencia em não buscar os recursos disponíveis no ministério da educação para o fortalecimento do ensino, em não qualificar os protagonistas desse ensino daquela escola.

Diante todos os fatos já mencionados neste trabalho, conclui-se que o principal problema que impede a concretização da modalidade de ensino Educação do Campo no Assentamento Acauã, como determina o decreto, são as lacunas deixadas pela falta de monitoramento dos recursos financeiros e pela falta de acompanhamento técnico pedagógico qualificado para assistir o corpo docente nos planejamento, possibilitando estes a se inserirem sem dificuldade na modalidade de ensino que a escola esta habilitada, a Educação do Campo.

Apoiado nos aportes bibliográficos citados nessa dissertação, como pesquisador, creio que esses problemas serão sanados, quando o poder público local se conscientizar e se sensibilizar que para a escola Lili Queiroga desenvolver uma educação de qualidade e seguir as diretrizes da modalidade de Educação do Campo, ela tem que ser agraciada com recurso oriundo do Ministério da Educação para atender suas necessidades didáticas pedagógicas e estruturais deve conter no seu quadro docente professores habilitados e comprometidos com o ensino voltado para as necessidades do campo, primar pela assistência pedagógica qualificada, formação continuada dos que fazem a educação da escola; deve-se procurar parcerias com a participação ativa da comunidade local nas decisões das aplicações dos recursos oriundos do poder público como também na fiscalização e cobrança da prática efetiva da modalidade de ensino que a escola esta cadastrada.

Para tanto novas pesquisas e investigações devem ser feitas – objetivos de outros estudos futuramente.

## REFERÊNCIAS

---

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011.

BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. - **Fundamentos da metodologia Científica**. São Paulo, 2007.

BEJAMIM, C.; CALDART. R. S. - **Projeto popular e escolas do campo - Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 3**. Brasília ,DF.2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. edição Câmara Brasília 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9.394/96 – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** . Brasília - DF: Congresso Nacional. 23 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 7.352/10 – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** . Brasília - DF: Congresso Nacional. 4 de Novembro de 2010

CALDARTE, R.S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli

Salete (orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção: Por uma educação do campo nº 4. CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

EDUCAÇÃO DO CAMPO. Diferenças mudando paradigmas. **A Legislação Brasileira e Educação do Campo**. Brasília, DF, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.red-ler.org/educacaocampo.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.